



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: C22C8-8C983-F74E6



Decisão 00969/2023-8 - 2ª Câmara

Processo: 07581/2017-1

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Pensão

UG: BARRAPREV - Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos de Barra de São Francisco-Es

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: NEUSA DA SILVA CORTES

Responsável: VALDINEI TEODORO DOS REIS

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – PENSÃO – TEMA 445 – REGISTRO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.

1. O preenchimento dos requisitos constitucionais e legais para concessão do benefício em apreço, aliada à correta fixação dos proventos, bem como a observância da r. Decisão do STF no julgamento do RE 636.553/RS, Tema 445 em sede de Repercussão Geral que fixou tese no sentido de que *“Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas”*, impõe o registro do ato em voga.

**O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA
SILVA:**

Versam os presentes autos acerca de **PENSÃO POR MORTE**, concedida à Sra. **Neuza da Silva Côrtes**, cônjuge do ex-segurado, Sr. **Carmino de Souza Côrtes**, a partir de **13/6/2016**, por meio do **Decreto 40/2017**, que retifica o **Decreto 32/2016**, ambos, enquadrados no Tema 445 em sede de Repercussão Geral, com supedâneo no art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, c/c o art. 17, inciso II, alínea “a”, art. 9º, inciso I, art. 21 e art. 22, § 1º, todos, da Lei Complementar Municipal 001/2002, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma do artigo 71, inciso III, da Carta Magna, artigo 71, inciso IV, da Constituição Estadual e artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico, bem como sua validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico, tendo sido devolvido à origem por meio de protocolo.

A área técnica, através do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 00280/2023-5, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luciano Vieira, nos termos do Parecer 01098/2023-1, suscitando a incidência da Tese fixada pelo Excelso Pretório, Tema 445 em sede de Repercussão Geral, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do artigo 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

É o sucinto relatório.

V O T O

Tratam os presentes autos de concessão do benefício de pensão por morte, encaminhado a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:

O benefício foi concedido em cota única, fixado no valor de R\$ 1.147,58 (um mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), sendo que a documentação de págs. 26/27, 78 e 110/113, do Evento 2 destes autos, comprovam a dependência e o direito da beneficiária à pensão em apreço.

Vê-se da análise realizada pela área técnica, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 00280/2023-5, o preenchimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício em voga.

Além disto, conforme bem assentado pelo douto Procurador de Contas, observa-se que o presente feito fora autuado neste Egrégio Tribunal de Contas em 19/1/2018, ou seja, há mais de 5 (cinco) anos, estando alcançado pela r. Decisão proferida pelo excelso Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 636.553/RS, Tema 445 em sede de Repercussão Geral, que fixou tese no sentido de que “*Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas*”.

Neste sentido, o eminente Relator, Ministro Gilmar Mendes deixou claro que entende pela inaplicabilidade do artigo 54, da lei 9.784, à análise da legalidade do ato de aposentadoria pelo TCU, porém, disse o Ministro, “é necessária observância do prazo de cinco anos a contar da chegada dos autos a corte em atenção aos princípios da segurança jurídica”, sendo o caso de ato complexo, devendo se primar pela estabilização das relações jurídicas.

Em sendo assim, entendo assistir razão à área técnica e ao Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo registro do ato.

Afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade do benefício em apreço, havendo,

ainda, a incidência da decadência e a consequente convalidação do ato, impondo-se o registro do mesmo.

2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte proposta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

1. DECISÃO TC-0969/2023-8:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1 REGISTRAR o **Decreto 40/2017**, que retificando o **Decreto 32/2016**, ambos, enquadrados no Tema 445 em sede de Repercussão Geral, concedeu pensão por morte à Sra. **Neusa da Silva Côrtes**, cônjuge do ex-segurado, Sr. **Carmino de Souza Côrtes**, a partir de **13/6/2016**, concedido em cota única, fixado no valor de **R\$ 1.147,58** (um mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos);

1.2. DAR CIÊNCIA aos interessados;

1.3. ARQUIVAR o processo em tela.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 31/03/2023 - 10ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antonio da Silva (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Procurador de contas em substituição ao procurador-geral Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente